
NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) é uma instituição de ensino e desenvolve atividades de ensino superior, pesquisa científica e extensão universitária. Foi criada pela Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, sua sede administrativa localiza-se no Município de Chapecó, estado de Santa Catarina. Situada na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e entornos, personalidade jurídica de autarquia subordinada ao Ministério da Educação, regulamentada pela legislação federal, por seu Estatuto, por seu Regimento Geral e pelas normas complementares específicas.

A UFFS possui estrutura *multicampi* e está localizada nos municípios de Chapecó/SC, Cerro Largo/RS, Erechim/RS, Passo Fundo/RS, Laranjeiras do Sul/PR e Realeza/PR, e tem o *Campus* Universitário como órgão constitutivo para efeito de organização administrativa e didático-científica.

2. Base de preparação das demonstrações e das práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas da UFFS foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e apresentadas em observância às disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, nas instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 7ª edição na estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto.

As NBC TSP citadas possuem correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, considerando que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que é o sistema utilizado para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O objetivo principal das Demonstrações Contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio da UFFS e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o segundo trimestre de 2018.

Os componentes do patrimônio foram registrados pelo valor original das transações, expressos em moeda nacional.

Nas Demonstrações Contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio, desempenho econômico-financeiro, execução

orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira da UFFS.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis: (i) Balanço Patrimonial – BP; (ii) Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP; (iii) Balanço Orçamentário – BO; (iv) Balanço Financeiro - (BF); e (v) Demonstração dos Fluxos de Caixa – (DFC).

3. Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da UFFS, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida pelo BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes. Ela é subdividida em Conta Única recursos Tesouro Nacional, Conta Única recursos Previdenciários e Conta Única recursos Dívida Pública.

Demais créditos e valores a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente com: (i) adiantamentos concedidos a pessoal; (ii) estoques; (iii) variação patrimonial diminutiva paga antecipadamente. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original.

Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição ou construção. Após reconhecimento inicial, os bens permanentes ficam sujeitos à depreciação ou amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição ou construção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível

São direitos que tenham por objeto bens incorpóreos. Na UFFS são os softwares destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, deduzido o saldo da respectiva amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Depreciação de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos.

As informações da depreciação dos bens móveis da UFFS são apuradas pelo Sistema Solar, módulo SIP, que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das cotas constantes;
- Utilização da tabela definida pela Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Macrofunção 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações

Depreciação e amortização de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após a mensuração e lançamento no sistema da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da UFFS são integrados e registrados no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da UFFS, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2)/n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- 1) Patrimonial - 2) Orçamentário – 3) Financeiro

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFFS, implicando na saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União, bem como o da UFFS, segue o descrito no art, 35 da Lei nº 4.320/1964. Assim, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da UFFS.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União e por consequência da UFFS, pela observância do princípio de caixa único, é possível também verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4 - Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa abrange o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro.

Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$		
	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Caixa e equivalente de caixa – moeda nacional	17.064.141,34	2.815.800,71	506,01

A variação de 506,01% deve-se à implementação de mudanças na rotina de pagamentos por meio de ordens bancárias, sendo que o repasse financeiro recebido para pagamento de despesas liquidadas, principalmente a folha de pagamento de dezembro/2018, foi efetivamente realizado em janeiro de 2019, enquanto a folha de dezembro/2017 teve seu pagamento realizado no próprio mês, motivo determinante nesta significativa variação.

Nota 2 – Demais créditos e valores a curto prazo

Neste subgrupo encontram-se registrados os valores referentes aos adiantamentos ao pessoal (adiantamento de férias e salário)

Demais créditos e valores a curto prazo	R\$		
	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Adiantamento de férias	1.258.969,85	2.503.341,73	-49,71
Adiantamento de 13º	0,00	898.820,07	-
Adiantamento de salários	230.890,23	0,00	-
VPD pagas antecipadamente	13.132,89	26.275,02	-50,02
Total	1.502.992,97	3.428.436,82	-56,16

A partir de novas orientações da STN (Comunica 2018/1569234) e em atendimento ao contido na tabela definida pela Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Macrofunção 021142 Folha de Pagamento, foram alterados procedimentos de apropriação e registro de valores referentes a adiantamentos de gratificação natalina e adiantamentos de férias. A tabela acima retrata esta alteração, mostrando a redução no saldo de adiantamento de férias e demonstrando a segregação do adiantamento de salários, cuja origem são os adiantamentos de salário solicitados na programação de férias dos servidores. Ainda de acordo com os novos procedimentos, os saldo do adiantamento referente a gratificação natalina são zerados ao final do exercício.

Nota 3 – Estoques

Registra os materiais de consumo adquiridos e estocados em almoxarifado, destinados a atender ao consumo interno da UFFS.

Estoques	R\$		
	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Material para laboratórios	1.920.156,92	1.935.513,95	-0,79
Material de expediente	393.699,25	434.659,96	-9,42
Material de processamento de dados	231.334,87	222.293,35	4,07
Material elétrico e eletrônico	228.442,50	234.993,08	-2,79
Material para manutenção de bens imóveis	167.969,43	66.101,44	154,11
Demais materiais	179.596,20	168.071,55	6,86
Total	3.121.199,17	3.061.633,33	1,95

Os materiais para laboratórios e de expediente perfazem 74,13% do estoque disponível no almoxarifado em 31/12/18. No geral, o volume de materiais estocados manteve-se estável, com discreta elevação. O crescimento do estoque de materiais para manutenção de bens imóveis deve-se pela aquisição de materiais que serão aplicados na manutenção corretiva e preventiva nas edificações no decorrer de 2019.

Nota 4 – Imobilizado

Bens móveis

	Dez/17	Dez/18	AH (%)	Saldo contábil líquido	
Custo	89.624.433,79	95.655.343,89	6,73	51.552.577,76	Dez/18
(-) Depreciação	(36.638.618,58)	(44.102.766,13)	20,37	52.985.815,21	Dez/17
				-2,70	AH(%)

R\$

Bens móveis	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Máquinas, aparelhos equipam ferramentas	28.896.886,82	29.893.658,75	-3,33
Bens de informática	6.479.699,20	6.765.198,35	-4,22
Móveis e utensílios	9.590.512,14	9.636.256,65	-0,47
Material cultural, educacional e comunic.	4.555.254,98	4.534.358,91	0,46
Veículos	1.425.339,07	1.518.268,19	-6,12
Bens móveis em andamento	305.161,10	435.196,51	-
Semoventes	118.074,71	131.713,25	-
Demais bens móveis	181.649,74	71.164,60	155,2
Saldo contábil líquido	51.552.577,76	52.985.815,21	-2,70

Os bens móveis são registrados no Sistema Solar, módulo SIP, que gerencia todas as movimentações referentes aos bens móveis de todas as unidades da UFFS. Este controle abrange os bens próprios e os bens de terceiros que estão sob a guarda e uso da universidade.

Dados do balancete na data base 31/12/2018 apontam que os bens móveis, já descontada a depreciação acumulada, constituem 11,61% do ativo não circulante. A evolução da data de 31/12/2017 até o final de 2018, sem considerar a depreciação foi de 6,73%.

O registro da depreciação dos bens móveis tem como base a informação gerada pelo sistema próprio de controle dos bens móveis, cujos parâmetros e orientações acerca dos percentuais de depreciação, vida útil e valor residual estão contidas na Macrofunção SIAFI

020330, a qual trata da legalidade, metodologia, estimativa de vida útil e taxas de depreciação, amortização e exaustão.

Reavaliação de bens móveis

A UFFS realizou reavaliação de bens móveis, por comissão nomeada pelas Portarias 845/GR/UFFS/2016 e 238/GR/UFFS/2018. As reavaliações foram realizadas uma no exercício de 2017 e outra no exercício 2018.

A condição para a reavaliação é atingimento do valor residual do bem móvel, excluindo-se aqueles que já constam em processo de alienação. Os bens são avaliados individualmente. Definiu-se, por procedimento padrão, considerar os bens reavaliados como em bom estado de uso, uma vez que aqueles que apresentam problemas são encaminhados para manutenção e reavaliados posteriormente ou baixados. O índice de atualização é o IPCA entre a data de aquisição e a data da reavaliação do bem imóvel, na seguinte fórmula:

$$\text{Índice IPCA} = ((\text{SOMA PERÍODO})/100)+1$$

Cálculo do fator de reavaliação:

$$(((\text{EC}*4) + (\text{PVUF}*6) + (\text{PU}*(-3))))/100 = \text{FR}$$

Onde:

EC: Estado de conservação

PVUF: período de vida útil futura – com base no estado de conservação dos bens foi definido um período de vida útil futura

PU: período de utilização do bem

FR: fator de reavaliação – índice aplicado aos bens para se chegar ao valor de reavaliação

Divergências entre SIAFI e sistema de controle de bens móveis

Cabe reiterar a existência de bens móveis não contabilizados, mas que estão em uso no âmbito da UFFS. Tratam-se de materiais permanentes recebidos por doação da Universidade Federal de Santa Catarina, na época da implantação em 2010, e que até a presente data permanecem pendentes da formalização da referida doação. Os bens em questão estão nos controles patrimoniais da Instituição, gerenciados pela Superintendência de Gestão Patrimonial como “materiais de propriedade de terceiros”, na quantidade de 4.419 itens. Também há, na condição de doado, mas sem formalização, material bibliográfico no valor de R\$ 504.985,76, o qual está sob a guarda das bibliotecas e registrado para fins de controle no sistema PERGAMUM.

A solicitação de providências para a formalização das doações foi enviada à Superintendência de Gestão Patrimonial – SUGEP, pelo Memorando 006/DCONT/UFGS/2016. Em resposta a SUGEP informou por intermédio do Memorando 24/SUGEP/UFGS/2016 que “(...) foram e estão sendo envidados esforços contínuos por parte da equipe diretiva da UFGS visando à regularização de tais pendências (...)”.

Obs.: em contato pessoal com o superintendente de gestão patrimonial, Sr. Anderson Ivan Nava, este informou que esforços reiterados estão sendo envidados para a solução do problema. Informou, também, que no mês de outubro de 2018 ele próprio e o Magnífico Reitor, professor Jaime Giolo, estiveram reunidos com a direção da UFSC, e em mais esta oportunidade fora solicitado a apresentação do termo de doação destes bens móveis.

Salienta-se que, mensalmente, no procedimento de registro da conformidade contábil de UG e órgão, a Diretoria de Contabilidade registra restrição contábil no sistema SIAFI, código 640 “saldo contábil de bens móveis não confere com o Relatório Mensal de Bens”.

Bens imóveis

	Dez/17	Dez/18	AH (%)	Saldo contábil líquido	
Custo	398.057.684,64	390.359.997,52	-1,93	388.302.256,50	Dez/18
(-) Depreciação/amortiz.	(1.460.147,80)	(2.057.741,02)	40,93	396.597.536,84	Dez/17
				-2,09	AH(%)

Bens imóveis

R\$

Conta	Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Var. %
Total bens imóveis sem considerar a depreciação		390.359.997,52	398.057.684,64	-1,93
123210103	Terrenos/glebas	58.160.664,56	87.131.057,22	-33,25
123210107	Imóveis de uso educacional	307.392.002,48	193.588.025,66	58,79
123210601	Obras em andamento	23.220.687,08	105.872.409,32	-78,07
123210605	Estudos e projetos	627.790,52	627.790,52	0,00
123210700	Instalações	480.628,66	10.315.531,43	-95,34
123210800	Benfeitorias em propriedade de terceiros	478.224,22	522.870,49	-8,54
123810200	(-) Depreciação acumulada	(1.904.957,85)	(1.362.728,83)	39,79
123810600	(-) Amortização acumulada	(152.783,17)	(97.418,97)	56,83
Total líquido (depreciação descontada)		388.302.256,50	396.597.536,84	-2,09

Durante o exercício de 2018 foram transferidas diversas obras acabadas para a conta “imóveis de uso educacional” o que pode ser verificado pela elevação do saldo em 58,79%, em contrapartida, foram baixados os respectivos saldos da conta “obras em andamento” e as infraestruturas proporcionais (rede pluvial, telefônica, elétrica, pavimentação de vias internas, etc.) da conta “instalações”, o que pode ser observado pela redução dos saldos destas contas. No caso dos terrenos/glebas, foi realizada desvalorização/ reclassificação por motivo da desincorporação de valores relativos a obras de infraestrutura que haviam sido atribuídos equivocadamente no SPIUnet como se fossem parte integrante dos terrenos. A depreciação dos bens imóveis é registrada pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e tem como base planilha encaminhada pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU com as informações extraídas do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, portanto, sem interferência por parte da gestão da UFFS.

Nota 5 – Intangível

O intangível da UFFS é composto na sua totalidade por softwares e representa 0,97% do ativo não circulante. Em 2018 ocorreu aquisição de somente um software de pequeno valor (R\$ 6.432,00).

A partir de janeiro de 2016, os softwares foram segregados em softwares de vida útil determinada e softwares de vida útil indeterminada.

A UFFS não realizou ainda testes de *impairment* para verificação do valor recuperável dos *softwares* de vida útil indeterminada.

A amortização dos softwares de vida útil determinada seguindo-se as orientações da Macrofunção SIAFI 020330, ou seja, a amortização é proporcional à vigência da licença de uso.

Nota 6 – Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais

	R\$		
	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Pessoal a pagar	12.497.671,61	932.036,09	1.240,90
Benefícios previdenciários a pagar	2.637,00	0,00	100,00
Encargos sociais a pagar	62.482,99	0,00	100,00
Total	12.562.791,60	932.036,09	1.247,89

Já objeto de explicação na nota 1, a evidente disparidade de saldos ao final de cada um dos períodos, deve-se à mudança na rotina de pagamentos a que as obrigações advindas da folha de pagamento foram submetidas, ou seja, a folha de dezembro/2018 teve seu pagamento realizado em janeiro/2019, ao contrário da folha de pagamento de dezembro/2017, a qual foi paga dentro do próprio mês.

Nota 7 – Fornecedores e contas a pagar

	R\$		
	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Fornecedores e credores nacionais	256.866,11	53.224,61	382,61

Apesar da variação significativa nas posições dos saldos das contas a pagar, o montante é pouco relevante. Os pagamentos das obrigações dependem do repasse financeiro, que nem sempre é tempestivamente recebido, influenciando, desta forma, os saldos a pagar que flutuam em conformidade com estas circunstâncias.

Nota 8 – Demais obrigações a curto prazo

	R\$		
	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Deduções a recolher da folha de pagamento	920.697,69	0,00	100,00
Bolsas de estudos a pagar	870.701,44	0,00	100,00
Total	1.791.399,13	0,00	100,00

As deduções a recolher da folha de pagamento são os descontos efetuados, tais como empréstimos consignados e previdência complementar. Já as bolsas de estudos a pagar referem-se aos auxílios a estudantes liquidados em dezembro e que serão pagos em janeiro/2019. As obrigações de mesma natureza haviam sido totalmente pagas ao final de 2017.

Nota 09 – Obrigações contratuais

	R\$		
	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Serviços	26.046.644,42	20.191.311,01	29,00
Fornecimento de bens	191.535,90	904.710,74	-78,83
Aluguéis	129.638,84	100.141,11	29,46
Total	26.367.819,16	21.196.162,86	24,40

Os serviços têm volume preponderante no conjunto das obrigações contratuais e, no *ranking* dos principais compromissos assumidos, estão mão-de-obra terceirizada com 15,94%; segurança patrimonial 13,73%; serviços dos restaurantes universitários 13,02% e manutenção predial, máquinas e equipamentos com 12,20% do total contratado.

Nota 10 – Provisões

Em 31/12/2018, a Universidade Federal da Fronteira Sul apresentou um saldo de R\$ 0,00 relacionado a provisões uma vez que ainda não há procedimento e sistemática para gestão de riscos formalizada.

Nota 11 – Variações patrimoniais aumentativas

	R\$		
	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	355.931,44	100.100,85	255,57
VPA financeiras	4.274,86	11.623,42	-63,22
Transferências recebidas	270.317.185,04	263.837.034,00	2,46
Valorização e ganhos com ativos	96.324.048,20	121.985.853,72	-21,04
Outras VPA	278.604,77	504.962,77	-44,83
Total	367.280.044,31	386.439.574,76	-4,96

O item de maior relevância com 73,60% do total das VPA em 31/12/2018 são as transferências recebidas para realização da execução orçamentária e também da execução dos restos a pagar.

O item “valorização e ganhos com ativos” é originário das reavaliações de imóveis realizada por servidor, engenheiro perito, e compreende 42,43% do total do grupo, e deste percentual, 57,14% tem origem nas VPA originadas dos registros de bens imóveis no sistema SPIUnet. Além disso, está incluso neste item, a reavaliação de bens móveis, que perfazem 0,43% em relação ao total.

Nota 12 – Variações patrimoniais diminutivas

	R\$		
	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Pessoal e encargos	201.492.682,85	187.662.969,60	7,37
Benefícios assistenciais e previdenciários	470.499,75	331.431,96	41,96
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	37.593.849,33	37.272.142,85	0,86
VPD financeiras	452,21	4.997,59	-90,95
Transferências e delegações concedidas	1.829.539,26	669.667,25	173,20
Desvalorização e perda de ativos	112.441.003,73	1.567.957,94	7.071,17
VPD tributárias	86.011,15	65.996,39	30,33
Outras VPD	22.176.880,21	21.096.789,68	5,12
Total	376.090.918,49	248.671.953,26	51,24

O item que apresenta maior variação das variações patrimoniais diminutivas a ser explicado é o da “desvalorização e perda de ativos”. O valor expressivo em 2018 (variação de 7.071,17%) refere-se a baixa de bens da conta obras em andamento e instalações. Esta baixa é realizada quando há o registro destes mesmo bens no sistema SPIUnet. No SPIUnet os registros foram feitos em 2017 e 2018.

Em relação ao total das VPD, os gastos com pessoal e encargos são os de maior volume, com 53,58%.

O item “outras VPD” refere-se aos auxílios aos estudantes (auxílio socioeconômico, bolsas extensão, bolsas PIBIC, bolsas residência médica, auxílios para viagens de estudos, etc.)

As transferências e delegações concedidas são as transferências intragovernamentais. Em 2018 houve solicitação de devolução de recursos financeiros (R\$ 1.634.786,94) o que eleva o percentual de variação. Também são registradas neste item os valores referentes às devoluções de despesas liquidadas com empenhos de exercícios anteriores e nesse caso ocorre transferência automática para o Tesouro Nacional.

Nota 13 – Resultado patrimonial

O resultado patrimonial do exercício financeiro de 2018 foi negativo em R\$ (8.810.874,18), enquanto o resultado patrimonial do exercício de 2017 foi de R\$ 137.767.621,50. O fator preponderante para a ocorrência dessa relevante variação foram as incorporações ao sistema SPIUnet em 2017, sem a correspondente baixa, no mesmo ano,

das obras em andamento, a qual ocorreu em 2018. Esse descompasso operacional gerou superávit em 2017 e déficit em 2018.

Nota 14 – Receitas correntes (orçamentárias)

	R\$		
	Previsão	Realização	Realização(%)
Receita patrimonial	64.861,00	77.316,60	119,20
Receita agropecuária	0,00	221.148,50	-
Receita de serviços	795.042,00	61.285,00	7,71
Transferências correntes	138.856,00	(16.358,74)	-11,78
Outras receitas correntes	279.764,00	114.426,76	40,90
Total	1.278.523,00	457.818,12	35,81

A longo do exercício de 2018 a realização das receitas correntes previstas para o ano foi de 35,81%, resultado da frustração de receitas previstas. O maior percentual de frustração (92,29%) ocorreu com as receitas de serviços que englobam as taxas de serviços administrativos e concursos.

As receitas agropecuárias, que somam 48,30% do total das receitas correntes realizadas têm sua origem na venda de eucalipto no Campus de Laranjeiras do Sul.

O resultado negativo apresentado na realização da conta “transferências correntes” refere-se à devolução para a Fundação Araucária de montante relativo a rendimentos de aplicação financeira sobre recursos de convênios, cuja vigência restou encerrada, além disso, a previsão de recebimentos de novos convênios não se concretizou.

Por sua vez, as “outras receitas correntes” são originárias das arrecadações de multas administrativas por descumprimento de contratos.

Nota 15 – Despesas correntes (orçamentárias)

	R\$		
	Dotação	Execução	Execução(%)
Pessoal e encargos	191.382.463,00	189.816.284,86	99,18
Outras despesas correntes	56.737.811,00	71.301.491,66	125,67
Total	248.120.274,00	261.117.776,52	105,24

Classificam-se nesta categoria aquelas despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital.

Observa-se que execução das “outras despesas correntes” está 25,67% acima da dotação, o que se explica pela execução de créditos descentralizados de outras unidades gestoras

como o Ministério da Educação, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Fundo Nacional de Saúde, entre outros.

Nota 16 – Despesas de capital (orçamentárias)

	R\$		
	Dotação	Execução	Execução(%)
Investimentos	15.330.862,00	18.347.575,50	119,68

Da mesma forma como nas despesas correntes, as despesas de capital apresentam dotação inferior à execução, considerado o recebimento por descentralização de créditos orçamentários de outras unidades gestoras e executados pela UFFS.

Nota 17 – Recebimento por descentralização de créditos orçamentários

No decorrer de 2018 a UFFS recebeu, por descentralização de créditos orçamentários, 18.722.220,49, sendo 78,80% do total descentralizado, recebido do Ministério da Educação para o pagamento despesas com a residência médica, ainda do Ministério da Educação 16,11% para despesas de capital, empenhado para construção do Bloco C, Campus Chapecó.

Nota 18 – Sobras de créditos orçamentários

Ao final de 2018 restou crédito orçamentário disponível de R\$ 2.693.994,47, sendo 41,65% de sobras de créditos das ações orçamentárias, 2004 (ressarcimentos aos servidores de despesas médicas e odontológicas), 212B (benefícios aos servidores, tais como auxílio transporte, creche, etc.) e 20TP (salários e vencimentos ao pessoal ativo); 26,79% referente a ação orçamentária 09HB (encargos patronais sobre a folha de pagamento) e, 24,64% referentes às receitas estimadas e não realizadas, conforme mencionado na nota14 , e para esclarecer com detalhes, a estimativa de receita (arrecadação própria) total em 2018 foi de R\$ 1.106.162,00, sendo que efetivamente foram arrecadados R\$ 442.479,29.

Nota 19 – Restos a pagar

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público define restos a pagar como “todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente”. Distinguem-se dois tipos

de restos a pagar: os processados (despesas já liquidadas); e os não processados (despesas a liquidar ou em liquidação).

	<u>RPNP</u> <u>inscritos</u>	<u>RPNP</u> <u>reinscritos</u>	<u>RPNP</u> <u>cancelados</u>	<u>RPNP</u> <u>liquidados</u>	<u>RPNP</u> <u>pagos</u>	<u>Saldo</u>
Investimentos	8.621.008,47	3.252.021,57	469.499,08	10.895.082,04	10.890.831,82	508.448,92
Despesas correntes	14.637.548,22	2.525.791,32	1.410.542,38	14.351.739,16	14.351.739,16	1.401.058,00

Do montante de empenhos inscritos e reinscritos em restos a pagar não processados no início de 2018, 86,95% foi liquidado, 86,93% pago, 6,47% cancelado, remanescendo 6,58% a liquidar.

Anualmente, solicita-se aos demandantes da emissão dos empenhos para que se manifestem acerca da manutenção de empenhos em restos a pagar, ou que solicitem o cancelamento daqueles que não serão mais executados. Os empenhos com saldo irrisório, após análise, são cancelados.

Os empenhos emitidos em 2018 e, não liquidados até o final do exercício, foram indicados para inscrição em restos a pagar, no exercício de 2019, no montante de R\$ 35.439.140,05.

Nota 20 – Resultado orçamentário

Considerando-se que a UFFS foi instituída e é mantida pela União, o orçamento praticamente é todo recebido para execução das despesas, fator que determinante para o resultado orçamentário deficitário de R\$ 279.007.533.

Nota 21 – Resultado financeiro – ingressos e dispêndios

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários.

Ingressos

			R\$
	2018	2017	AH(%)
Receitas orçamentárias	457.818,12	756.497,18	-39,48
Transferências financeiras recebidas	270.118.284,88	263.609.846,11	2,47
Recebimentos extraorçamentários	50.901.600,31	23.343.712,54	118,05
Caixa e equivalentes (saldo exerc anterior)	2.815.800,71	11.073.913,88	-74,57
Total	324.293.504,02	298.783.969,71	8,54

As transferências financeiras recebidas têm como destinação específica o pagamento de despesas liquidadas do exercício, enquanto os recebimentos extraorçamentários destinam-se às despesas com empenhos emitidos em exercícios anteriores, ou seja, restos a pagar. Observa-se a evolução de 2017 para 2018 de 118,05% nos recebimentos extraorçamentários. Em 2017 havia R\$ 23.258.556,69 de restos a pagar não processado e não havia saldo de restos a pagar processados. Já em 2018, o saldo de RPNP é de R\$ 35.439.140,05 e ainda há R\$ 14.606.806,62 de restos a pagar processados originados da liquidação da folha de pagamento do mês de dezembro/2018.

Dispêndios

			R\$
	2018	2017	AH(%)
Despesas orçamentárias	279.465.352,02	257.353.286,85	8,59
Transferências financeiras concedidas	1.828.736,55	669.667,25	173,08
Despesas extraorçamentárias	25.935.274,11	37.945.214,90	-31,65
Caixa e equivalentes (para o exerc seguinte)	17.064.141,34	2.815.800,71	506,01
Total	324.293.504,02	298.783.969,71	8,54

O grupo “transferências financeiras concedidas” teve movimentação anormal em 2018 em relação ao exercício 2017, basicamente pela devolução de recursos financeiros, solicitados pelo órgão central de programação financeira.

RESULTADO FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIM	Saldo Ativo Financeiro	Saldo Passivo Financeiro
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO (CAIXA E EQUIV DE CAIXA)	17.064.141,34	0,00
SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS A PAGAR	0,00	12.497.671,61
BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	0,00	2.637,00
CONTRIB A ENTIDADES DE PREVID.COMPLEM A PAGAR	0,00	62.482,99
CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS	0,00	254.627,51
CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS -INTRA OFSS	0,00	2.238,60
PENSAO ALIMENTICIA A PAGAR	0,00	59.038,83
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSIST MEDICA A PAGAR	0,00	7.580,46
RETENCOES-ENTIDADES REPRESENT DE CLASSE A PAGAR	0,00	778.041,19
PREVIDENCIA COMPLEM SERVIDOR PUB FEDER A PAGAR	0,00	72.988,86
INDENIZ, RESTITUICOES E COMPENSACOES A PAGAR	0,00	3.048,35
INCENTIVOS A EDUCACAO, CULTURA E OUTROS A PAGAR	0,00	870.701,44
EMPENHOS A LIQUIDAR INSCRITOS EM RPNP	0,00	35.439.140,05
RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	0,00	1.909.506,92
TOTAL	17.064.141,34	51.959.703,81
RESULTADO FINANCEIRO 2018	(34.895.562,47)	

A causa preponderante do déficit financeiro é o passivo decorrente do empenhos inscritos em restos a pagar não processados.

Nota 22 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – geração líquida de caixa

RESULTADO FINANCEIRO BF x DFC	2018	2017	AH(%)
Caixa e equivalente de caixa final	17.064.141,34	2.815.800,71	506,01
Caixa e equivalente de caixa inicial	2.815.800,71	11.073.913,88	-74,57
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVAL.	14.248.340,63	(8.258.113,17)	272,54

De acordo com o mencionado na nota 01, a variação de 506,01% no saldo de caixa ao final de 2018 deve-se à implementação de mudanças na rotina de pagamentos por meio de ordens bancárias, sendo que o repasse financeiro foi recebido, em dezembro/2018, para pagamento de despesas liquidadas, principalmente a folha de pagamento, a qual foi efetivamente paga em janeiro de 2019, enquanto a folha de dezembro/2017 teve seu pagamento realizado no próprio mês, principal razão para a significativa variação.

A próxima tabela apresenta a geração líquida de caixa e equivalentes por atividade

ATIVIDADES	2018	2017	AH(%)
Fluxo de caixa e equivalente das operações	28.599.477,09	16.077.561,15	77,88
Fluxo de caixa e equivalente de investimento	-14.351.136,46	-24.335.674,32	-41,03
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVAL	14.248.340,63	(8.258.113,17)	272,54

Nota 23 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – atividades das operações

INGRESSOS	2018	2017	AH(%)
Receitas próprias	457.818,12	616.687,04	-25,76
Outros ingressos das operações	855.653,64	224.965,99	280,35
Transferências financeiras recebidas	270.118.284,88	263.609.846,11	2,47
DESEMBOLSOS	2018	2017	AH(%)
Pessoal e demais despesas	205.967.814,42	215.565.235,69	-4,45
Transferências concedidas	34.343.025,45	32.053.879,20	7,14
Outros desembolsos das operações	2.521.439,68	754.823,10	234,04
FLUXO DE CAIXA DAS OPERAÇÕES	28.599.477,09	16.077.561,15	77,88

Desembolso das atividades das operações por função de governo

	2018	2017	AV 2018	AV 2017
Pessoal e demais despesas	-205.967.814,42	-215.565.235,69	100,00	100,00
Previdência social	-361.848,49	-292.512,46	0,18	0,14
Educação	-205.266.758,02	-214.792.966,17	99,66	99,64
Direitos da cidadania	-21.913,91	-95.286,66	0,01	0,04
Ciência e tecnologia	-45.225,84	0,00	0,02	0,00
Organização agrária	-272.068,16	-384.470,40	0,13	0,18

Considerando o contexto operacional da UFFS, os desembolsos das atividades das operações têm como principal item a função de governo “educação”. Cabe explicar que os desembolsos com a função de governo “organização agrária” refere-se à transferência voluntária de créditos orçamentários do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a realização de projetos de interesse daquele ministério.

Nota 24 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – atividades de investimento

DESEMBOLSOS	2018	2017	AH(%)
Aquisição de ativos (bens móveis e construções)	-14.233.691,38	-23.669.800,66	-39,87
Outros desembolsos de investimentos	-117.445,08	-665.873,66	-82,36
FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS	-14.351.136,46	-24.335.674,32	-41,03

No exercício 2018, 63,77% dos desembolsos das atividades de investimentos refere-se a obras, 35,41% foi aplicado na aquisição de bens móveis.